

ENTREVISTA REALIZADA COM MÁRCIO POCHMANN - A atual crise econômica brasileira e o ajuste fiscal em questão

Entrevista realizada pelo Prof. Dr. Amilton Moretto¹ com o economista Márcio Pochmann².

Amilton Moretto - Desde o final do ano de 2014 o governo adotou medidas para reduzir despesas. Estes cortes atingiram em grande medida gastos sociais, como seguro-desemprego e abono salarial. O governo estava realmente gastando demais?

Márcio Pochmann - Governos em geral promovem gastos improdutivos, como, por exemplo, o mau uso dos recursos com pagamentos de juros sobre a dívida pública, desperdícios em subsídios e desonerações para setores segmentos privilegiados. Ademais, países com sistema tributário indecente, a carga de impostos, taxas e contribuições termina favorecendo os ricos em detrimento dos pobres. Por isso que o aperfeiçoamento da máquina pública, economizando desperdícios e racionalizando despesas deve ser meta de governos comprometidos com o Estado a serviços de uma sociedade justa e democrática.

No caso brasileiro, a despesa com juros e desperdícios existem, assim como o sistema tributário é regressivo. A sua reformulação é necessária e inadiável. Mas o foco das medidas adotadas pelo governo da presidente Dilma não nos pareceu adequado.

Amilton Moretto - A proposta de ajuste tem enfrentado resistência tanto no Congresso Nacional, na sociedade e também entre economistas. Quais os principais problemas que são apontados?

Márcio Pochmann - Os problemas das ineficiências do Estado brasileiro não enfrentados com as medidas lançadas. Enquanto os ministérios da Fazenda e Planejamento esforçam-se para cortar despesas e elevar receitas, o Banco Central atua enquanto gastador extremo, por meio da alta nas taxas de juros (1% de elevação na Selic implica R\$14 bilhões a mais nas despesas públicas) e do uso descalibrado dos swap cambial. Neste ano, possivelmente

¹ Economista. Doutor em Desenvolvimento Econômico. Professor do Instituto de Economia (IE) da UNICAMP e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) da UNICAMP.

² Economista. Doutor em Ciência Econômica. Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisador do Cesit e Presidente da Fundação Perseu Abramo (FPA).

a despesa com juros da dívida pública deve alcançar 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB) ante 5,7% em 2014.

Ademais, não há ajuste fiscal possível na recessão, mas sim déficit público, pois a queda na produção é acompanhada na redução da arrecadação em maior ritmo que o corte possível das despesas. Ajuste fiscal somente no crescimento econômico.

Amilton Moretto - Há alternativa ao ajuste fiscal?

Márcio Pochmann - Sim, mas para isso, o caminho da economia brasileira deve ser a volta para o crescimento, pois assim, aumenta a renda concomitante com a maior arrecadação tributária, permitindo apresentar superávit nas contas públicas. A redução dos juros deve vir acompanhada da liberação dos investimentos públicos para alavancar a retomada do crescimento.

Amilton Moretto - Ainda é possível redirecionar a política econômica, adotando-se uma política alternativa? Isso não afetaria a confiança dos chamados "mercados"? Estes não poderiam se colocar contra?

Márcio Pochmann - A política econômica não resulta de mera escolha técnica, mas expressa o jogo da correlação de forças políticas em torno da captura e uso do fundo público. Por isso que a crise econômica de 2015 se instaura a partir da crise política não resolvida pelas eleições de 2014. A presidente Dilma buscou ampliar sua base política atraindo representantes de frações da classe dominante que estavam fora de sua base de apoio (agronegócio, industriais, banqueiros, entre outros) sem implicar - até o momento - estabilidade política necessária para ações que não sejam as em curso atualmente.

A formação de uma nova maioria política, especialmente fora das esferas tradicionais da política, seria o caminho esperado para adoção de política econômica e social progressista.